

Balances e problemas

Heloisa Buarque de Hollanda

O século XX fechou com grandes balanços políticos e culturais. Não seria justo, neste momento, passar em branco algumas considerações sobre este movimento libertário que, sem sombra de dúvida, foi a grande revolução do século passado, também conhecido como o século das mulheres.

As conquistas femininas têm sido indiscutíveis e estão nos números. Nos últimos dados do PNAD/IBGE disponíveis, analisados por Cristina Bruschini, vemos que, na área do trabalho, as mulheres vem mostrando um desempenho maior do que o dos homens, revelando um acréscimo de cerca de 12 milhões de trabalhadoras neste mercado o que significa uma ampliação da ordem de 63%. Hoje, as mulheres representam 47,2% da população economicamente ativa, sendo que no setor do serviço público atingem a taxa de 44% de ocupação das vagas. Esta presença, entretanto, cai substancialmente nos cargos decisórios, passando a 13% e sublinhando o chamado “teto de vidro” – um limite invisível que barra o acesso à posições superiores. Esse déficit de poder aumenta nas áreas públicas, mas tende a decrescer em certas áreas como a financeira, a empresarial, na magistratura, nos media ou nos jornalismo de opinião - como o econômico e o político – nos quais as mulheres ganharam nova visibilidade. Uma curiosidade: a escolaridade das trabalhadoras é mais elevada do que a dos trabalhadores em qualquer das situações analisadas.

Na área das idéias, o pensamento teórico feminista também fechou o milênio com sua missão cumprida. Discutiu as noções canônicas de identidade, interpelou a epistemologia iluminista, desconstruiu noções centrais do pensamento totalizante e defendeu, com firmeza, o direito de falar e representar-se nos mais diversos domínios políticos e intelectuais.

Exibiu uma invejável trajetória que, partindo do que poderíamos chamar de uma crítica do desagravo, marca da produção teórica e das bandeiras da militância política das mulheres até final da década de 60, passa à reivindicações bem mais radicais, como a luta pelo poder interpretativo, como define, com felicidade, Jean Franco, uma liderança na

área dos estudos feministas anglo-saxônicos. Trabalhos seminais foram produzidos nas últimas décadas do século a partir da ótica da dinâmica do poder sob a lógica patriarcal das relações de gênero, como releituras de Freud, Lacan, Marx e até discussões de fundo sobre a própria idéia de consenso democrático como a encaminhada pelo trabalho de Nancy Fraser sobre Habermas. Por volta da segunda metade da década de 70, as teorias críticas feministas já são reconhecidas, quase sem resistência, como uma vertente importante da produção de conhecimento contemporânea e mesmo como uma tendência de ponta do pensamento pós-estruturalista.

Em 1978, por exemplo, Lyotard, apesar de irônico, reconhece em artigo publicado na revista *Sub-Stance* que "moverias como Eubulibes e como as realidades, as mulheres estão descobrindo uma coisa que pode causar uma incrível revolução no ocidente, uma coisa que a dominação masculina nunca abriu mão de ocultar: a ausência do significante; e que devemos retrabalhar nosso espaço-tempo e nossa lógica na base de uma não centralidade, não finalidade, não verdade".

Foi um longo caminho. Em princípio, uma guerra de posição, como diria Gramsci, que privilegiava a afirmação identitária, os confrontos e a definição de territórios; depois, uma guerra de manobra, mais negociadora, que abriu espaço para noções como relações de gênero, subjetividades posicionais ou, até mesmo, para a denúncia de um imperialismo feminista colonizador em defesa de um feminismo plural com demandas e lógicas simbólicas locais. Um pensamento, enfim, que já fez História.

Apesar disso, o século das mulheres parece chegar ao fim com mais questões do que respostas. É possível identificar, aqui e ali, alguns sinais de pequenos problemas no funcionamento das vitórias feministas em comentários como: "As mulheres não sabem o que fazer com a liberdade que conquistaram", "A nova mulher é bem sucedida e mal amada" e tantos outros.

Seria ingênuo - ou pouco científico - atribuir esses comentários apenas ao enraizamento de uma ancestral guerra entre os sexos. O melhor é re-examinar o próprio processo que fez do feminismo a grande revolução do século passado.

Rosiska Darcy de Oliveira, até há pouco tempo Presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Mulher e afinada com as últimas análises feministas, sugere um primeiro diagnóstico. O acordo inicial que abriu o caminho para a entrada das mulheres no mercado de trabalho sinaliza uma grave falha estratégica. Foi um acordo que se baseou exclusivamente na negociação dos direitos da mulher na esfera pública, omitindo qualquer menção ou trato sobre estas mesmas forças e poderes na esfera privada.

Com isso, foram desprezadas variáveis fundamentais, entre elas o fato de que o universo do trabalho depende diretamente do correto funcionamento do universo doméstico. Para citar apenas o bug estatístico, pode-se avaliar o que a omissão do registro do trabalho doméstico representa em termos de falha de informação no cálculo do PIB e como desajuste na formulação das políticas públicas e previdenciárias. Um dos resultados deste desajuste não deixa de ser uma surpresa. A grande discriminação hoje é a de que as mulheres são reconhecidas como homens, mas não como mulheres.

Mas não é por esse caminho que vou entrar. Ainda que os dados e suas possíveis análises sejam bastante atraentes, fico apenas com uma insólita constatação: as mulheres operaram, no século XX, o prodígio de transformar radicalmente sua posição em quase todos os setores da vida pública, sem alterar os papéis complementares que lhe foram milenarmente atribuídos.

A acumulação das responsabilidades profissionais e domésticas ou, a imperdoável (!) identificação entre vida doméstica e vida privada são, sem dúvida, as questões mais urgentes da pauta feminista neste ano 2000 tanto na área teórica quanto na militância.